

A VIVÊNCIA E A MUSEALIZAÇÃO DA VIDA.

Experiências, memória social, interpretação do patrimônio cultural e museu.

José Newton Coelho Meneses¹

Motiva, inicialmente a minha reflexão a afirmativa de Henri-Pierre Jeudy:

O futuro do homem continua sempre pensado em referência a seu passado.

Norteia essa reflexão a ideia de que nós, historiadores, não somos donos do saber sobre a memória social e de sua interpretação.

Há dias, ao sintonizar o rádio do carro no deslocamento para o trabalho, ouvi parcialmente uma reportagem que entrevistava um pescador da beira do rio São Francisco, em Minas Gerais, responsável, segundo a descrição do repórter, por uma luta incansável de preservação do rio. Em suas falas, o ribeirinho, geralmente, contrariava o entrevistador que induzia a ele respostas prontas já embutidas na pergunta. Invariavelmente, começava a resposta por um sonoro *não*. *Não senhor, os peixes continuam no rio... Não senhor, os pescadores têm consciência da necessidade de preservação... Não! O rio não tá morto.... Não, as barragens não são necessárias....* Os poucos *sims* apareciam na afirmativa da necessidade de ações preservadoras do patrimônio natural e da cultura cotidiana dos moradores locais. Essas afirmativas, o repórter tinha na ponta da língua e induzia as respostas que o pescador concordava, mas acrescentava saberes próprios do dia-a-dia ribeirinho.

A maioria das pessoas, até repórteres que se acham bem informados, tem o discurso do patrimônio pronto para ser proferido. Mas nem todos os discursos têm a consistência de uma fala do pescador entrevistado: *A vida, moço, é uma luta só para preservar o nosso patrimônio. O rio é o nosso território nessa vida e ele é o maior guerreiro da história: luta conosco e, ao contrário de nós, não morre.*

O senhor Norberto de tal, não me lembro do seu nome completo citado ao final da reportagem, tem a exata dimensão da cultura da qual participa da construção e sabe que seu território tem a amplitude do leito do São Francisco, mesmo vivendo em uma

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em História.
jnmeneses@uol.com.br

pequena parcela do grande rio. Demonstrou na entrevista, a cada palavra, a consciência de que vive e constrói um patrimônio pessoal que é, também, um patrimônio de todos. Uma autoconsciência de que faz parte de uma cultura e de uma natureza que todos tomam como identitária de um viver valoroso que ninguém quer perder.

A reportagem acima, ouvida no rádio, me faz lembrar duas experiências vividas por mim, uma delas já relatada em texto de meu livro *História & Turismo Cultural*, outra experienciada no trabalho de pesquisa para o dossiê interpretativo dos modos de fazer queijo artesanal em Minas Gerais, trabalho feito para o IPHAN e que promoveu o registro desse modo de fazer em patrimônio cultural do Brasil.

Reconto, resumidamente, os dois casos para pensarmos a partir deles. No primeiro, uma senhora idosa reza contrita, de joelhos, na Igreja do Carmo, em Diamantina, realizando naquele espaço o que cotidianamente a motiva a se deslocar de sua casa ao templo para pedir a Deus graças ao mundo, à sua vida e à de seus entes queridos. No seu tempo de oração e de reflexão ela é uma fiel a se elevar ao seu Deus e esse tempo lhe é único, com importância fundamental em sua existência. No horário em que ela reza a igreja está aberta, também, à visitação turística. Um guia turístico que acompanha uma dezena de turistas franceses explica a eles a construção da cultura e da arte barroca nas Minas Gerais. No seu discurso, a cultura que apresenta é fruto de um contexto histórico contra-reformista, onde os preceitos de Trento dão norte aos modos de viver e de representar a vida e o culto a Deus, nas Minas Gerais do século XVIII. Ele remete-se às talhas dos altares e da pintura do forro para enaltecer as características do barroco mineiro como manifestação distinta e, no olhar para o alto e explicar aos turistas, mal percebe a sua presença.

A sociedade, o público de nossa produção intelectual, demanda de nós um produto que ultrapassa o passado como objeto de pesquisa. Se nosso objeto é o passado, a partir de uma problematização construída em nosso presente, ele gera produto que interessa à sociedade como perspectiva de pensar a vivência. Esta tem uma perspectiva temporal de DEVIR, de construção dinâmica de uma temporalidade complexa, onde o futuro é parte. Aqui entre nós, se pensamos em patrimônio, em interpretação de realidades culturais identitárias, se pensamos em criticar memórias, entendendo suas

construções, pensamos em guarda para um tempo que virá, um tempo futuro. Nossa temporalidade histórica é, assim, próxima à das vivências comuns.

As políticas de patrimonialização, nem sempre têm a dimensão do saber popular e da cultura preservacionista presente no cotidiano dos homens. Partem do pressuposto de que é necessária a imposição legal e a educação patrimonial nos moldes arquitetados por um pensar intelectual sobre o espaço, o tempo, o bem, os valores, a identidade, a vida. Arbitra e impõe formas de agir à distância e, quase sempre, ignora o saber local. Os projetos museológicos que tematizam a história, correm o mesmo risco.

Este texto não pretende negar o valor de processos de patrimonialização e de educação patrimonial, mas quer criticar essa construção intelectual. Esta reflexão objetiva, sim, pensar a construção de uma interpretação patrimonial das culturas locais com a vivência local; não à revelia dela. Quer pensar a participação das comunidades locais em processos interpretativos que reconheçam o valor de cada componente das identidades coletivas no processo de vivência e não na busca de musealização, de registro oficial ou de tombamento de bens físicos. Quer ensaiar a possibilidade de interpretar uma memória que se constrói e em que se reconhece uma dada sociedade.

A memória constrói e interpreta, dando sentidos ao viver. Portanto, é de vivência que tratamos ao desvelar os bens patrimoniais. O que a memória guarda não necessita de lei para preservar.ⁱ Tudo o que guardamos na memória coletiva e como guardamos e transformamos essa guarda é objeto da interpretação intelectual, mas é, sobretudo, também, objeto do viver das pessoas. Os processos de patrimonialização e as buscas da educação patrimonial parecem esquecer esse importante componente estrutural da memória identitária e do patrimônio cultural: quem guardou o bem, quem preservou, quem conservou, quem memorizou, foi a comunidade. Antes das leis, antes da educação patrimonial, antes dos instrumentos de interpretação, a sociedade não perdeu o que não queria perder.

Ouro Preto, Serro, Sabará, São João d'El Rei, Tiradentes, Diamantina, lugares patrimonializados legalmente a partir de uma legislação dos anos 30 do século XX, foram guardados por sua população antes do reconhecimento interpretativo dos modernistas e da lei de tombamento dos bens artísticos e históricos de nossa cultura.ⁱⁱ

Não nos basta perceber esse fato, mas aquilatar o quanto essa guarda é parte do processo de tratamento instrumental da interpretação do chamado “patrimônio cultural”.

Segundo Dominique Poulot, há “um entusiasmo pela promoção e valorização do patrimônio”, uma “verdadeira ‘cruzada’ no âmago do mundo ocidental”.ⁱⁱⁱ Para o autor, o nosso mundo evoca os patrimônios, tentando guardar e transmitir universos díspares e heterogêneos que vão da estética do cotidiano passado aos fazeres artesanais em risco de extinção, passando pelo legado da arquitetura e pelas habilidades humanas que queremos que sejam preservadas. Evocam-se patrimônios históricos, artísticos, arqueológicos, etnológicos, biológicos, naturais, todos eles materiais ou imateriais, locais, regionais, nacionais ou mundiais.^{iv} Essa sanha patrimonialística também é objeto de reflexão de Henri-Pierre Jeudy quando observa o processo ativo de patrimonialização no mundo ocidental. Jeudy está bastante centrado na Europa e temos de ter bastante cuidado ao criticar seu texto, mas alguma validade ele tem para nós. A comparação com o oriente é para ele fundamental em sua crítica e, depois de considerar a realidade conservacionista japonesa, onde “o patrimônio não tem necessidade de ser refletido”, pois, é vivido de fato^v, o autor nos diz:

Na Europa, pode-se interpretar o fervor contemporâneo pelo culto do passado como um meio de conjurar essa ameaça que pesa permanentemente sobre o homem moderno: a possibilidade de perder o sentido de sua própria continuidade. A conservação se torna uma “questão urgente” e sua aceleração tende a fazer do próprio presente um patrimônio potencial prioritariamente percebido na perspectiva de sua perda. O patrimônio diz respeito, pois, tanto a uma “história longa”, aquela que dá sentido à continuidade, quanto a uma “história imediata” relacionada à experiência dos indivíduos ameaçados pela perda de sentido de sua própria continuidade.^{vi}

Se, para Jeudy, no Japão, a guarda da identidade cultural não passa pela necessidade de representá-la e reivindicá-la em muitos *lugares de memória* porque ela é vivida e presenciada cotidianamente, no mundo ocidental essa identidade, ameaçada pela globalização, exacerba o medo da perda, do esquecimento, do sentimento de que não pertencemos ao nosso mundo. Para o autor, a globalização não ameaça a identidade cultural japonesa, porque o sentimento de pertencimento é presente na consciência da

alteridade dos japoneses. Diferente do ocidente, não haveria, assim, no Japão, o medo da perda.

O autor trabalha com o *princípio da reflexividade*. Em suma, tal princípio é uma ideia urbana e globalizada de que uma sociedade é melhor gerida se se vê refletida em seu próprio espelho. Daí nasce a necessidade de construção de lugares de memória em profusão para guardar e garantir, cada vez mais, a continuidade do que vivemos.

Nossas cidades antigas, erroneamente adjetivadas de “históricas”, são, de modo geral, interpretadas e patrimonializadas em um padrão modelar construído por uma interpretação histórica que as tomam, ao mesmo tempo e paradoxalmente, como o resultado de uma herança portuguesa e afastadas da realidade colonial ibérica na América como se tivessem uma especificidade primordial. Talvez, fosse preciso dar historicidade a essas interpretações e reconhecê-las como herdeiras de fato e obviamente da cultura lusa, distintas em sua construção distante do reino, mas, sobretudo, diversas entre si e forjadas em uma vida e em uma longevidade temporal que incorpora elementos estéticos, simbólicos e naturais que lhes são próprios.^{vii} Pasteurizar as interpretações e os instrumentos de patrimonialização e de salvaguarda tem repetido a fórmula de uma mesma estética, de um mesmo espetáculo. Assim, conhecer uma ou outra seria a mesma coisa. Nesse aspecto, o turismo de massa não aproveita as possibilidades interpretativas e ignora a riqueza de uma cultura diversa e dinâmica, com elementos vivos, para além de uma arquitetura, uma escultura e uma pintura realizadas no passado.

Mas o que guardaram os habitantes de cada uma dessas cidades antigas? Sim, essas cidades foram guardadas antes de qualquer lei patrimonialista, antes de qualquer política de educação patrimonial. Alguns argumentam que foram preservadas devido à decadência econômica porque passaram, o que é apenas uma mínima parcela de percepção das realidades e das histórias desses lugares. A falta de pujança desenvolvimentista é um dos inúmeros elementos que devemos considerar na análise dessa conservação. Outros tantos fatores, e dentre eles o valor identitário de uma herança que não se quis esquecer, é de fundamental importância em nossa consideração

e estudos sobre o patrimônio das cidades coloniais ou das cidades antigas de Minas Gerais, do Brasil ou do mundo.

O bem com valor de patrimônio, qualquer que seja a sua natureza, tem menos a ver com as interpretações de historiadores, etnólogos, arqueólogos e mais ligação com o sentimento de herança, de legado, de identidade, embora não se possa diminuir o valor das interpretações acadêmicas. Essas devem seguir um percurso de identificação e submeterem-se, serem sensíveis, à memória social construída e em construção pelas comunidades que guardaram os bens interpretados. Aí, qualquer pasteurização interpretativa é execrável e não contribui com a preservação e muito menos com a sustentabilidade dela e sua valorização por quem quer conhecer e entender o sentido das construções identitárias.

A ideia de patrimônio deve nos dar a dimensão da consistência inseparável da cultura e de sua construção social, da memória e de sua ética, da política e das escolhas coletivas. Para Hannah Arendt, dissertando sobre cultura e política, essas dimensões “imbricam-se mutuamente porque não é o saber ou a verdade que está em jogo, mas sobretudo o julgamento e a decisão, a troca criteriosa de opiniões incidindo sobre a esfera da vida pública e sobre o mundo comum”.^{viii} Não se pode, assim, dimensionar o patrimônio de uma sociedade sem considerar as suas escolhas, a construção seletiva da memória social. É, portanto, em um fundamento ético que se percorre o caminho da interpretação dos patrimônios culturais. Tornar inteligível o patrimônio de um grupo social ou de um povo é, em síntese, dar sentido a um repertório de valores que identificam essa sociedade.

Vivência, dignificação e cultura.

A complexidade do conceito de cultura, que não é o objeto desta reflexão aqui apresentada, constitui o esteio para a reflexão sobre os patrimônios culturais. Essa dinâmica consistência da construção das culturas deve diferenciar em nós, estudiosos da vida social, tanto a diversidade das manifestações coletivas, quanto os diferentes graus

de relevância aparente que os grupos dão a cada forma de evidenciar suas vidas e de viver. Cada simples gesto ou comportamento na banalidade da vivência dos homens tem sentido, importância, pode ser interpretado e valorizado. No entanto, são escolhidos alguns deles, seja em construções materiais ou simbólicas, para representar a identidade grupal. É dado ao intérprete, também, a liberdade de escolha do que iluminar mais ou menos na sua condição de leitor da vivência. Somos leitores de vivências e sabemos narrá-las. Resta-nos aprimorar a linguagem de nossas narrativas.

No caso inicial deste texto, o do ribeirinho do São Francisco, pescador e vivente daquele território, reconhecer seus valores não deve ser apenas escolher o que nós não queremos perder. Entendê-lo como uma raridade ou como alguém prestes a perder uma condição de vida é negligenciar com a capacidade desse homem de sobreviver, transformando dinamicamente seu mundo; é vê-lo como um incapaz de, com seu grupo, manter e assegurar as condições de sua vida e de seu conforto nela. É, sobretudo, transformá-lo em um inseguro, um descrente, um não lutador e isso é o que ele menos demonstrou ser em sua entrevista. Daí tantas discordâncias com as perguntas do jornalista que, de posse de sua capacidade intelectual de pensar soluções modelares para o outro, desconsiderou a capacidade humana de criar.

É urgente que as interpretações do patrimônio incorporem, no processo interpretativo, as vivências e os viventes. Patrimônio é algo móvel e não imobilizado; é dinâmico e não estático; vivo e não morto. O guia turístico de meu caso inicial ignorou que a vivência daquela senhora e a permanência de sua atitude beata demonstravam o vigor de uma cultura e os vivos significados dela, em um tempo longo. Seria digno incorporar aquela velhinha à arte das talhas e pinturas dos altares e do forro da nave e da capela-mor da Igreja. Sua atitude é parte da dinâmica daquela construção artística do século XVIII, em pleno século XXI. Essa dignificação da vida daquela mulher, e de tantas outras e outros na mesma condição, poderia materializar a capacidade interpretativa do patrimônio, atribuindo vida e significado presente para o culto, a arte, as escolhas, as formas de viver. Esse *continuum* cultural enriqueceria o entendimento dos visitantes (turistas) e promoveria a inserção do cotidiano presente no bem patrimonializado. No entanto, o guia ignorou aquela beata e a achou um incômodo a

atrapalhar o seu discurso e a sua performance de instrutor da visita. Alguns turistas do grupo, entretanto, perceberam o valor da atitude da senhora e o inseriram no patrimônio que o guia insistia em valorizar, as talhas e a pintura do forro da igreja.^{ix}

O método, o rigor da interpretação e o exercício da memória.

A valorização da vivência, a dignificação da vida e a incorporação dos viventes no processo interpretativo não é, aqui, nenhum discurso moral-ideológico, mas, uma tentativa de instrumentalizar metodologicamente a nossa capacidade de intérpretes. Como instrumento metodológico, então, dignificar é incorporar a permanência cronológica no percurso de interpretação das culturas. É, neste caso, inserir os vivos na cultura observada como de construção passada. É dar historicidade ao tempo da construção de uma determinada identidade que se quer entender e, dessa forma, praticar o exercício da leitura de algo que, em sua dinâmica, é passado, presente e devir.

As interpretações do patrimônio cultural não são apenas um exercício da tradição da cultura erudita. Elas visam, também, construir produtos finais para serem lidos, fruídos e interpretados por outros. Têm, assim, objetivos parciais em etapas fundantes do processo do patrimônio. A primeira parte deste processo é a interpretação em si, onde se buscam os significados para o objeto investigado. Nessa parte, inventariar e ler a documentação, escolher perspectivas de análise e ouvir testemunhos são exercícios intelectuais difíceis e, ao mesmo tempo, instigantes para o pesquisador. Em um segundo momento, buscamos construir o discurso interpretativo e dá-lo ao conhecimento de outros para a crítica. Nessa etapa, o diálogo e o embate de ideias amadurecem nossa interpretação e refazem nosso discurso. Na sequência, nossa interpretação é materializada em linguagens – museais, informativas – e têm ou não aderência, impacto sobre o saber, tornado uma referência para se pensar o objeto interpretado. Na crítica dessa materialização, a legitimidade da interpretação é posta em análise e adquire maior ou menor sucesso. Esse sucesso e essa legitimidade configurarão a duração e a validade temporal do trabalho interpretativo.

A construção da linguagem materializada costuma ser o busílis essencial da interpretação. Se esse obstáculo não for superado com aptidão e sensibilidade, o efeito discursivo não terá sucesso e a informação se perderá.

Quantos museus históricos, quantas exposições temáticas, quantos lugares de memória não conseguem estimular o exercício intelectual e caem no esquecimento pouco tempo depois de serem visitados? Evidenciar esse discurso como problema para ser pensado é o óbice mais evidente do processo de interpretação do patrimônio cultural. Pouco valem as etapas do percurso de interpretação se a linguagem ou o gestual demonstrativo dele não obteve sucesso, não foi convenientemente lido. Entregar um discurso pronto, um texto narrativo, que não problematize o que se quer discutir e evidenciar, é o erro mais frequente dos espaços de memória.

Na interpretação do patrimônio lidamos com a interpretação histórica (presente do historiador e passado da sociedade) e com a recordação dos vivos (o passado vivido e o momento presente). O processo de recordar, também, implica em interpretações e em escolhas do que lembrar e do que não vale a pena ser lembrado. O esquecimento é direito e é, efetivamente, prática de quem memoriza. Diante disso, o intérprete levanta e delimita o seu problema e constrói a sua interpretação e o seu produto narrativo. Essa dimensão ética da interpretação patrimonial é fundamental para conscientizar o sujeito da interpretação.

São, portanto, vários os tempos da construção da memória social e várias as temporalidades dos sujeitos envolvidos em sua interpretação. O tempo não é apenas um substrato de evolução, de degradação ou de porvir, mas, de forma dinâmica, é o amálgama de um processo que podemos chamar de devir, onde a vivência dos indivíduos e o presente da sociedade se apresentam em dinâmica transformação. Essa é a temporalidade de nossas interpretações patrimoniais: passados, presentes e futuros que formam um tempo em processo recheado de origens, processos construtivos, criações, representações, vontades, continuidades, rupturas, projeções, eternizações. É uma temporalidade do momento da interpretação, do de suas leituras e de seus leitores. Várias são as disciplinas e muitos os autores que, na contemporaneidade, se debruçaram

sobre a memória social e na sua relação com o tempo. Esta comunicação não almeja discutir suas propostas analíticas. Para citar poucos, mas primordiais estudiosos e, principalmente, para ressaltar que nenhuma disciplina específica é proprietária do conceito de memória social, temos que ressaltar as relevantes análises de Maurice Halbwachs, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Ferdinand Alquié, Pierre Nora, Jean-Pierre Vernant, Henri Bergson, Friedrich Nietzsche, Walter Benjamin, Serge Moscovici e tantos outros.^x Esses autores, de modo geral, optam por pensar a memória social como um processo em andamento ou, de forma distinta, como uma construção feita (acabada) por uma determinada sociedade ou grupo social.^{xi}

Dentre os autores acima, Pierre Nora tematiza memória coletiva em suas temporalidades, buscando entender os *lugares de memória*, um habitual artefato na cultura ocidental.^{xii} Para ele, construímos esses lugares porque perdemos os instrumentos de memorização e eles, os lugares de memória, nos servem como espaços de salvaguarda. O medo da perda é o que marca o tempo presente e os lugares de memória seriam instrumentos de reparar o dano pelo que foi perdido. Assim, Nora não vê a construção da memória social como um processo e não atribui à sociedade a capacidade de vivenciar recordações e esquecimentos, buscas identitárias e percepções de alteridade, tudo isso em embates e tensões geradoras de diversidade de interpretações e de memórias. Os lugares de memória são, na cultura ocidental, a expressão do medo da perda e do temor da descontinuidade, sendo as opções primeiras nas políticas de patrimonialização.

Patrimônio cultural e turismo.

Muito comum em nossa cultura a transformação de espaços díspares em lugares de memória, centros culturais que querem interpretar as identidades. Mudam-se as funções dos lugares para transformá-los em espaços museológicos, muitas vezes investindo-se recursos públicos vultosos e retirando, além da função, a vida cidadã existente nesses espaços.

Exemplo recente desse ato é a transformação da função dos edifícios da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, que deixaram de exercer o papel administrativo para ter funções memorialísticas em um excesso e uma concentração de lugares de memória explicáveis apenas pelo arbítrio autoritário de um projeto político. Não houve no projeto mencionado ausculta aos cidadãos e ampla discussão acadêmica acerca das decisões e da destinação dos edifícios. Um lugar – a praça da Liberdade – que, de fato, contém um discurso e uma função reconhecida como patrimônio na vivência da cidade, ao ponto de, no decorrer da existência funcional e da representação social que se construiu, significar o funcionamento do poder civil (acima do religioso), o lugar do lazer da população do entorno e o espaço dos funcionários públicos, nomeando inclusive o bairro onde se localiza (Bairro Funcionários) tem sua função transferida para outro lugar (construído à custa do dinheiro público), sua vida mudada, seu ritmo alterado e sua representação como um patrimônio ignorada. A cidade e sua gente não tiveram papel no processo. Portanto, não quiseram esquecer os significados daquele lugar de poder e de lazer: foram despojadas do papel de darem destino ao lugar que interpretam e prezam.

A concentração excessiva de lugares de memória em uma praça tem poucas justificativas compreensíveis. A alegação de construção de um enorme atrativo turístico na cidade de Belo Horizonte não tem aderência a um planejamento plausível. O desenvolvimento de uma área pobre dando a ela funções nobres – ação justificável – poderia ser cumprido com outra função, como por exemplo, o fomento estatal à construção de um Centro de Convenções de grande porte, de hotéis, etc, o que realmente a cidade precisa, no espaço onde se construiu os novos palácios da administração pública, sem a infra-estrutura (transporte, principalmente) que sustente o funcionamento da “Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves”. Memorizar o que se inventa tematizar nos espaços dos prédios da praça e nos de seu entorno poderia ser realizado, desconcentradamente, revitalizando áreas degradadas do hipercentro da capital mineira. Mas, é importante ressaltar, os novos espaços de memória foram e são a alternativa para uma opção autoritária e não a opção primeira da construção engendrada. A cidade não requeria novos espaços de memória. Eles foram inventados à sua revelia.

A atividade turística, atualmente importante setor da economia a possibilitar a riqueza e melhoria de qualidade de vida de cidades e de países, tem sido usada como alegação para construção de lugares de memória e, mais amplamente, de interpretações de identidades como patrimônios culturais, com a conseqüente busca de registros e tombamentos. Esse “entusiasmo pela promoção e valorização do patrimônio” do qual fala Poulot, lembrado no início deste texto, tem tido incentivo, a partir da ideia de que o turismo cultural pode promover oportunidades e integrações econômicas para grupos sociais amplos. Esse incentivo é apenas parcialmente cumprido, uma vez que a desmesurada vontade patrimonialista pode não ter aderência suficiente para se sustentar como atrativo para visitantes. Em todas as partes do mundo temos exemplos de investimentos em propostas patrimonialistas novas que, não fazendo adequada interpretação do bem, caem no descrédito e não conseguem se firmar como atrativos. Na nossa realidade, o projeto da “Estrada Real” carrega esse risco por ter antecipado a etapa de vender o produto sem ter antes construído a interpretação. Inúmeros são os visitantes que se decepcionam com uma “promessa não cumprida” do atrativo ou com a falta de estrutura receptiva para uma cultura cotidiana rica e interessante.

O repertório de bens patrimoniais ofertados como produtos a serem comercializados pelo turismo tem crescido enormemente. As informações sobre os fazeres, os saberes, as comemorações, os lugares, a cultura erudita ou popular, têm motivado turistas, desde o nascimento do turismo moderno que localizo na popularização da literatura de viagens, principalmente a partir do século XVIII, que é, por sua vez, o atendimento a uma nova demanda burguesa. Sociedades geográficas e históricas, governos, o interesse pelo exótico e o próprio espírito romântico de aventura vão promover a busca do desconhecido ou o reconhecimento de lugares para serem relatados e ofertados às oportunidades de novos negócios ou de novos prazeres. A literatura romântica, também naquele tempo, reforçou a imaginação do homem europeu sobre os monumentos e o cotidiano dos homens que deveriam ser revividos e memorizados, principalmente as construções medievais, tidas como a origem das nacionalidades européias. Essa imaginação, por sua vez, estimulou o conhecimento do patrimônio nacional e o de outras nações, gerando a produção de guias turísticos, como

é exemplo o *Grand Tour*, destinado a orientar a aristocracia em suas viagens, mas tantos outros que se multiplicaram nos séculos XVIII e XIX e, neste último, acabaram por transformar estações ferroviárias, de espaços de embarque e de desembarque em, também, lugares de venda de guias que o livreiro inglês William Henry Smith e o francês Louis Hachette – inventor do guia em formato para ser carregado no bolso – se encarregaram de popularizar na Inglaterra e na França. O patrimônio cultural é, desde então, no ocidente, transformado em atrativo turístico.^{xiii}

A recente valorização do patrimônio dito “imaterial” – definição incorreta para os bens identitários de natureza simbólica e representativa – que prefiro nomear de “patrimônio vivencial”^{xiv}, ampliou em muito esta possibilidade transformadora. A despeito de viabilizar um novo olhar sobre o patrimônio e dilatar as possibilidades de sua salvaguarda, os registros de patrimônio “imaterial” têm estimulado, também, uma sanha patrimonialista, infelizmente pasteurizadora, que quer registrar tudo como patrimônio, a partir dos mesmos parâmetros e de iguais instrumentos metodológicos que transformam, por exemplo, alimentos e rituais como objetos do mesmo repertório instrumental de interpretação, nas Europas, nas Áfricas e nas Américas. A restrição do modelo interpretativo, normalmente preconizado pelos institutos públicos de preservação do patrimônio histórico e artístico das nações (ou regiões), não permite a riqueza e a criatividade do intérprete e a busca de adequação dos instrumentos ao tipo de bem que se interpreta. Aí, no método, reside um dos problemas da excessiva padronização das interpretações.

O problema que isso tem trazido é que este repertório metodológico tem ignorado a grande capacidade das sociedades de memorizarem seletivamente seus bens identitários e, mais que isso de vivenciá-los e integrá-los em sua economia de forma a cultivá-los vivos e sem riscos iminentes de perda. Ou mesmo, e de outro modo, essa capacidade seletiva quer, muitas vezes, graduar tais bens identitários em valores diferentes, mais ou menos enquadrados nos parâmetros formais e estatais da patrimonialização. Atividades econômicas, inclusive as turísticas, podem prescindir desses artefatos de patrimonialização que têm, grande parte das vezes, servido

meramente como instrumentos de marketing, ineficazes quando não há aderência a uma realidade e, assim, insustentáveis como atrativos para visitantes.

O que falo do turista que visita os lugares vale para o visitante dos museus. Qualquer planejamento e projeto museográfico cai por terra se há decepção do visitante; se há a recomendação de quem visitou para que outrem não visite.

O patrimônio, material ou vivencial, identifica determinado grupo social, mas, também, é forma de ação e de construção de formas de viver. Como quer José Reginaldo Santos Gonçalves, “O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir.”^{xv} As tentativas de patrimonialização de vivências e de musealização da vida correm mais riscos de perderem-se em si do que têm riscos de perda os valores vividos cotidianamente.

NOTAS

ⁱ Para uma discussão instigante sobre formas distintas, ocidentais e orientais, de patrimonialização é primordial a leitura de JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

ⁱⁱ Para um histórico da legislação patrimonial brasileira, dentre outros, ver: CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc/IPHAN, 2005.

ⁱⁱⁱ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 9.

^{iv} POULOT, *Uma história do patrimônio....* p. 10.

^v JEUDY, *Espelho das cidades*. p. 20.

^{vi} JEUDY, *Espelho das cidades*. p. 21-22.

^{vii} Para uma discussão sobre o erro de designar algumas cidades como históricas, ver MENESES, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena. (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 32-45, especialmente o tópico “Toda cidade é histórica”.

^{viii} ARENDT, Hannah. *La crise de la culture*. Paris: Galimard, 1972; apud POULOT, *Uma história do patrimônio....* p. 17.

^{ix} A narrativa destacada pode ser vista em MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004, p.17-20.

^x Dentre outras enumeram-se as seguintes obras: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990; NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, 1993; VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: EDUSP, 1973; ALQUIÉ, Ferdinand. *Le désir d'éternité*. Paris: PUF, 1990; BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

^{xi} GONDAR, Quatro proposições ..., p. 21.

^{xii} NORA, Entre memória e ...

^{xiii} Ver sobre o tema, dentre tantos textos, CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: ALEPH, 2002, p. 65. Ver, ainda: KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: ALEPH, 2000.

^{xiv} Para uma discussão sobre essa temática ver MENESES, José Newton Coelho. Modos de fazer e a materialidade da cultura "imaterial": o caso do queijo artesanal de Minas Gerais. In: *Patrimônio e Memória*. Assis: UNESP, 2009, v. 5, Série 2, p. 27-41.

http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria

^{xiv} GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento, p. 27. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora/FAPERJ/UNIRIO, 2003, p. 21-29.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora/FAPERJ/UNIRIO, 2003.
- ALAIX, Manuel Miro & WERNER, Jordi Padró. Patrimônio Y Território: uma reflexión sobre los proyectos de puesta em valor del patrimônio. In: *Patrimônio/Estudos*, n. 1, Lisboa: IPPAR, 2001, p. 38 - 41.
- ALQUIÉ, Ferdinand. *Le désir d'éternité*. Paris: PUF, 1990.
- ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- ARENDDT, Hannah. *La crise de la culture*. Paris: Galimard, 1972.
- AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena. (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: ALEPH, 2002.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural*. Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- EDWARDS, Richard. Mémoire et nouvel usage: du monument au projet. In: *Patrimônio/Estudos*, n. 1, Lisboa: IPPAR, 2001, p. 17 - 24.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc/IPHAN, 2005.
- GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera (orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PPG em Memória Social da UNIRIO, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: ALEPH, 2000.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

-
- MARTIN, Marcelo. Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad. Reflexiones críticas sobre la interpretación del Patrimônio. In: *Patrimônio/Estudos*, n. 1, Lisboa: IPPAR, 2001, p. 25-37.
- MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- MENESES, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena. (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 32-45.
- MENESES, José Newton Coelho. Modos de fazer e a materialidade da cultura "imaterial": o caso do queijo artesanal de Minas Gerais. In: *Patrimônio e Memória*. Assis: UNESP, 2009, v. 5, Série 2, p. 27-41.
(http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria)
- MURTA Stela Maris e ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio*. Um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG/Território Brasilis, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, 1993.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: EDUSP, 1973.